



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 65

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1968

ATA DA 60ª SESSÃO, EM 29 DE ABRIL DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Manoel Vilaca
Pereira Diniz
Argemiro de Figueiredo
Atílio de Carvalho
Fábio Torres
Vasconcelos Tórrer
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Pérgoles Pedro
Fernando Corrêa
Bezerra Neto
Mello Braga
Alvaro Catão
Antônio Carlos
Guido Mondin

• SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — À lista de presença acusa o comparecimento de 23 Senhores Senadores. Há número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituição de autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 157 de 1967 (n.º de origem 234 de 1968) — de 26 do corrente mês — Projeto de Lei nº 970 de 1968, na Câmara e nº 28 de 1968, no Senado, que dispõe sobre a 2ª Classe do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, complementando a Lei nº 5.255, de 5 de abril de 1967, que unifica as 1ª e 2ª Classes de Bombeiros, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (Projeto que se transformou na Lei nº 5.422, de 25-4-68);

Nº 158 de 1968 (n.º de origem 235 de 1968) — de 26 do corrente mês — Projeto de Lei nº 1.001 de 1968, na Câmara e nº 36 de 1968, no Senado, que reclassifica, no Símbolo 5-C, cargos em comissão de Diretores das Es-

SENADO FEDERAL

colas Técnicas e Industriais Federais da Ráde Federal do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura (Projeto que se transformou na Lei nº 5.423, de 26-4-68).

OFÍCIO DO MINISTRO DOS TRANSPORTES

Nº 472/GM, de 24 do corrente mês — comunicando a entrega ao tráfego inteiramente pronto, do trecho ferroviário Pires do Rio-Brasília

PARECERES

Parecer nº 369, de 1968

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 (nº 972-B de 1968, na Casa de origem.)

Relator: Senador Nogueira da Gama

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 (nº 972-B de 1968, na Casa de origem), que modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1968. — *Lobão da Silveira, Presidente. — Nogueira da Gama, Relator. — Manoel Vilaca.*

ANEXO AO PARECER N.º 370, DE 1968

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 (nº 972-B de 1968, na Casa de origem.)

EMENDA N.º 1

Corresponde à subemenda nº 1-CCJ e à emenda de redação

Ao "caput" do art. 1º

inclua-se, após o nº 697, o nº 721 e, após o nº 894, o nº 895.

EMENDA N.º 2

Corresponde à emenda nº 3 de Plenário, com destaque de expressão da emenda nº 2)

Ao art. 1º

Ao § 1º do artigo 670, mencionado no artigo 1º do Projeto, de-se a seguinte redação:

"§ 1º Nos Tribunais Regionais integrados por onze juizes togados, dois deles serão escolhidos dentre advogados, dois dentre membros do Ministério Pùblico da União junto à Justiça do Trabalho, de notório merecimento e idoneidade moral, com, pelo menos, sete anos de prática forense, e sete, entre os Juizes do Trabalho Presidentes de Junta da respectiva Região por promoção, por antiguidade

o Pleno, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação da conclusão do acordão:

a) das decisões a que se referem as alíneas "b" e "c" do inciso I do artigo 702;

b) das decisões das Turmas contárias à letra de lei federal, cu que divergirem entre si, ou da decisão proferida pelo Tribunal Pleno, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com julgamento, ou com jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo único. Enquanto não forem nomeados e empossados os Juizes das novas carreiras de Juiz, criadas nesta lei, e instalada as Turmas, fica mantida a competência residual de cada Tribunal na sua atual composição e de seus Presidentes como definido na legislação vigente."

EMENDA N.º 5

Correspondente à emenda nº 11 de Plenário

Ao art. 1º

Acrecenta-se, onde couber, de acordo com o disposto na emenda nº 1.

"Art. 855.

a) das decisões definidas das Juntas e Juizes, no prazo de dez dias;"

EMENDA N.º 6

Correspondente à emenda nº 1 — CLS

Dé-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º As vagas de Juizes feitos do Tribunal Superior do Trabalho deixadas pelos atuais ocupantes dos cargos serão preenchidas por magistrados, membros do Ministério Pùblico junto à Justiça do Trabalho, e advogados, na forma dos arts. 113, § 1º, e 133, § 1º, da Constituição Federal."

EMENDA N.º 7

Correspondente à subemenda nº 3-CCJ à emenda nº 13 de Plenário

Ao art. 8º

Dé-se a seguinte redação:

"Art. 8º Conta-se como tempo de serviço na magistratura, para todos os efeitos, exceto no tocante à promoção por antiguidade, o prestado no Ministério Pùblico, no Poder Judiciário e em cargo público de provimento privativo do bacharel em Direito.

Parágrafo único. O tempo de efeito exercido como suplente de Juiz do Trabalho será contado para efeito de promoção por antiguidade na classe."

EMENDA N.º 8

Correspondente à Emenda nº 16 de Plenário

Acrecenta-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Os Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores da

Justiça do Trabalho, quando em serviço, terão passe livre nas empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo de passageiros, nos limites da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho a que servirem."

EMENDA Nº 9

(Corresponde à Emenda nº 18 de Plenário)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Fica estendida, na forma desta Lei, a jurisdição das Seguintes Juntas de Conciliação e Julgamento do Estado do Espírito Santo:

a) a de Vitríria, aos municípios de Vila Velha, Guarapari, Cariacica e Serra;

b) a de Cachoeiro do Itapemirim, aos municípios de Itapemirim, Presidente Kennedy, Muqui, Alegre, Castelo e Jerônimo Monteiro."

Parecer nº 370, de 1968

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1968 (nº 1.042-B-68, na Casa de origem).

Relator: Senador Nogueira da Gama.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1968 (nº 1.042-B-68, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.253, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1968. — Lobão da Silveira, Presidente — Nogueira da Gama, Relator — Manoel Vilaga.

ANEXO AO PARECER Nº 370, DE 1968

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1967 (nº 1.042-B-PR, na Casa de origem).

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 2-CCJ)

Dê-se ao item I do art. 2º, contido no art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

"I — se os motivos e as circunstâncias do fato e as condições do menor não evidenciam periculosidade, o Juiz poderá deixá-lo com o pai ou responsável, confiá-lo a tutor ou a quem assuma a sua guarda, mandar interná-lo em estabelecimento de reeducação ou profissional e, a qualquer tempo, revogar ou modificar a decisão";

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 1-CCJ)

Ao § 1º do art. 2º, contido no artigo 1º do Projeto.

Suprime-se:

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 3-CCJ)

Ao art. 3º do Projeto.

Suprime-se.

O SR. PRESIDENTE: (Gilberto Marinho) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário. São lidos os seguintes Requerimentos.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHIEF DO SERVICO DE PUBLICACOES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHIEF DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Requerimento nº 423, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — informações sobre dragagem do rio Piabanhá, entre Correas e Itaipava, no Estado do Rio.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — quais os motivos da paralisação das obras de dragagem no rio Piabanhá, entre Correas e Itaipava, no Estado do Rio.

Sala das Sessões, em 29.4.68 — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 424, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações sobre preservação de florestas.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, quais as providências e resultados obtidos, com relação à preservação de nossas florestas e bosques, reflorestamento e punição aos infratores da legislação específica.

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 425, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e Comércio e do Planejamento, informações sobre importações de colhedoras automotrices da Iugoslávia.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — Banco Nacional de Habitação — sobre o seguinte:

a) Quais os municípios do Estado do Rio de Janeiro que solicitaram financiamento do FISANE para saneamento e abastecimento de água?

b) Quantos já tiveram seus pedidos aprovados e quais?

c) Se houver algum que não tenha tido o projeto aprovado, qual, por que e quando o terá?

d) No caso de haver algum com projeto aprovado quando serão iniciadas as obras e qual o prazo para seu término?

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 428, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — sobre dragagem do canal que desemboca no rio Saracuruna, em Duque de Caxias, Estado do Rio.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — se foi tomada alguma providência visando efetuar a dragagem do canal que desemboca no rio Saracuruna, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, uma vez que sempre transborda e inunda ruas e lavouras por ocasião das chuvas?

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 429, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF S/A, sobre paralisação das obras de construção da Estação Ferroviária em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF S/A — por que motivos, até hoje, continuam paralisadas as obras de construção da Estação Ferroviária em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 430, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações sobre produção e importação de trigo pelo Brasil.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre o seguinte:

a) Qual a produção, a importação e o consumo anual, do Brasil, de trigo, nos últimos cinco anos?

b) Quals os países que venderam trigo ao Brasil, e as respectivas quantidades, nos últimos cinco anos?

c) Tem o Governo planos para aumentar a triticultura no Brasil? Quais os objetivos imediatos a respeito e quando estaremos produzindo o necessário para o consumo dispensando, assim, as importações?

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 431, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — sobre entrega de terras aos lavradores de Papuacá, município de Cachoeiras do Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — o seguinte:

1) Se foi feita a entrega de parcelas de terras aos lavradores de Papuacá, município de Cachoeiras do Macacu, Estado do Rio de Janeiro?

2) Em caso positivo, qual foi o número de parcelas entregues, sua área e por quem serão dirigidas inicialmente, bem como o prazo e valor do finançamento?

Sala das Sessões, em 29.4.68. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 432, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, — DNER — informações sobre construção de viaduto em Duque de Caxias, no Estado do Rio.

(Do SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,
Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as provisões tomadas para a construção de viaduto ligando a cidade de Duque de Caxias, no Estado do Rio à rodovia Rio-Petrópolis.

Sala das Sessões, em 29-4-68 — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 433, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — DNER — Campanha de Erradicação da Malária sobre efetivação de 70 funcionários no Distrito de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

(Do SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,
Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — DNER — Campanha de Erradicação da Malária — por que motivos não foram efetivados os 70 funcionários do Distrito de Campos Estado de Rio de Janeiro, alguns com até 6 anos de serviço, considerando que uma parcela desses servidores já conseguiu sua efetivação?

Sala das Sessões, em 29-4-68 — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 434, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Eletrobrás — sobre expansão de serviços de energia elétrica em Guia de Pacobaíba (ex-Mauá), 5º Distrito de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:
Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Eletrobrás — quais as provisões tomadas visando a expansão de serviços de energia elétrica em Guia de Pacobaíba (ex-Mauá), 5º Distrito de Magé, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 435, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre início do período letivo da Escola Agrícola Nilo Pecanha, no Distrito de Pinheiral, Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:
Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quando foi marcado o início do período letivo da Escola Agrícola Nilo Pecanha, no Distrito de Pinheiral, Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, e se o mesmo foi cumprido, em caso contrário, explicar as razões?

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 436, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre concessão de financiamento integral para caminhões, ônibus e camionetas.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, se foi liberada a concessão de financiamento integral para caminhões, ônibus e camionetas, destinados ao uso dos agricultores, da mesma maneira como são financiados os autos de luxo, com prazo até 5 anos?

Sala das Sessões, 29 de abril de 1968. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE.

(Gilberto Marinho) — Esta é a discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores desejá-lo fazer uso da palavra, encerra-se a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos de informações de autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres vão à publicação e, em seguida, serão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o primeiro deles, o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. SENADOR EDMUNDO LEVI PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 437, de 1968

Nos termos do art. 212, alínea g, do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, requeiro não se realizem sessões no Senado, nem haja expediente na Secretaria, nos próximos dias 2 e 3 de maio.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1968. — Antônio Carlos — Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em consequência, o Senado não realizará sessões nos dias 2 e 3 de maio vindouro, nem funcionará a Secretaria.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Senado vai ser honrado, neste momento, com a visita do Sr. Marechal-de-Campo Thaoun Kittikachorn, Primeiro-Ministro da Tailândia, que está acompanhado dos Srs. Tharat Khanon, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e Pote Sarasin, Ministro de Estado do Desenvolvimento Nacional e de Economia daquele país.

Convidado os Srs. Senadores a comparecerem ao Salão Negro, para receber os nossos ilustres visitantes, e, para isso, vou suspender os nossos trabalhos.

Está suspensa a sessão.

A sessão foi suspensa às 16 horas e 5 minutos e reaberta às 16 horas e 35 minutos.

COMARQUEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Milton Trindade
Pedro Carneiro
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Dinarte Mariz
Pessoa de Queiroz
Júlio Leite
Dylton Costa
José Leite
Antônio Balbino
Eduardo Catalão
Eurico Rezende
Adolfo Franco

Milton Menezes
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Esta é a discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores desejá-lo fazer uso da palavra, encerra-se a discussão. (Pausa)

Como é do conhecimento dos Srs. Senadores acaba de visitar o Senado, sendo acolhido no Salão Negro, pela Mesa e numerosos Srs. Senadores que honraram com seu comparecimento, o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo da Tailândia, Marechal de Campo Thaoun Kittikachorn.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Passa-se à Ordem do Dia

Item 1º:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu parecer nº 337, de 1968) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32 de 1968, (número 973-B-68, na Casa de origem), que altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e seu § 1º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores desejá-lo fazer uso da palavra, encerra-se a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar o estudo da emenda do Senado na outra Casa do Congresso, designo o Senador José Leite, relator da matéria na Comissão de Finanças.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

Nº 337, de 1968

Da Comissão de Redação
Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1968 (nº 973-B-68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Manoel Villaça

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1968 (nº 973-B-68, na Casa de origem), que altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e seu § 1º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1968. — Lobão da Silveira, Presidente. — Manoel Villaça, Relator. — Edmundo Levi.

ANEXO AO PARECER Nº 336-68

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968, que estende aos dependentes do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O valor da conta vinculada do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e que vier a falecer, será pago pelo Banco depositário, em quotas iguais, aos respectivos dependentes, habilitados perante o Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 1º O pagamento será feito com a comunicação do Instituto Nacional de Previdência Social, que mencionará a data do óbito, os nomes dos dependentes habilitados e, quando houver mornos, a data do nascimento de cada um deles.

§ 2º Ficará retida, à disposição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, vencendo-lhe à taxa vigente na data do falecimento do empregado com a correção monetária, a quota atribuída a dependente menor, até que complete dezoito anos, salvo autorização judicial para o respectivo levantamento.

§ 3º Decorridos dois anos do falecimento do empregado, e não havendo dependentes habilitados, o montante da conta vinculada reverterá a favor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e das normas consequentes.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 2º:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 346, de 1968), do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968, que estende aos dependentes do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo

artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejá-lo fazer uso da palavra, encerra-se a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

E a seguinte a redação final aprovada.

PARECER

Nº 346, de 1968

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968.

Relator: Sr. Alvaro Mala.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968, que estende aos dependentes do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1968. — Manoel Villaça, Presidente. — Alvaro Mala, Relator. — Edmundo Levi.

ANEXO AO PARECER Nº 346-68

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968, que estende aos dependentes do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O valor da conta vinculada do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e que vier a falecer, será pago pelo Banco depositário, em quotas iguais, aos respectivos dependentes, habilitados perante o Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 1º O pagamento será feito com a comunicação do Instituto Nacional de Previdência Social, que mencionará a data do óbito, os nomes dos dependentes habilitados e, quando houver mornos, a data do nascimento de cada um deles.

§ 2º Ficará retida, à disposição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, vencendo-lhe à taxa vigente na data do falecimento do empregado com a correção monetária, a quota atribuída a dependente menor, até que complete dezoito anos, salvo autorização judicial para o respectivo levantamento.

§ 3º Decorridos dois anos do falecimento do empregado, e não havendo dependentes habilitados, o montante da conta vinculada reverterá a favor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e das normas consequentes.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há ainda oradores inscritos.

O primeiro deles é o nobre Senador Antônio Carlos, a quem dou a palavra. (Pausa)

S. Exa. não está presente.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há ainda outro orador inscrito. Logo a seguir darei a palavra a V. Exa.

Tem a palavra o nobre Senador Wilson Gonçalves.

O SR. WILSON GONÇALVES:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, faleceu no dia 16 deste mês, em Fortaleza, o Professor Doutor Manuel Antônio Andrade Furtado aos 78 anos de idade, depois de uma vida inteira dedicada à mais nobre causa dos interesses do meu Estado.

Doutor Andrade Furtado era, sem nenhum favor, uma das figuras mais expressivas do mundo social, político e jornalístico da minha terra, tendo exercido as mais elevadas funções em diversos setores das atividades humanas. A sua morte constitui, realmente, uma perda irreparável para o nosso povo, que teve, constantemente, desse ilustre cearense desaparecido uma cooperação valiosa em todo os problemas e questões de interesses vitais de nossa coletividade.

Professor Catedrático de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, teve ensejo de lecionar naquela tradicional casa de ensino superior várias outras matérias, inclusive Economia Política.

Foi, por algum tempo, Director dessa Faculdade e, uma vez aposentado, recebeu o honroso título de Professor Emérito da nossa Salamanca. Jornalista primoroso dirigiu por muitos e muitos anos o diário "O Nordeste", órgão da Arquidiocese de Fortaleza. Foi principalmente no jornalismo que a sua figura mais se agigantou no meio cearense. Além de manter diariamente o artigo doutrinário e editorial desse jornal, sustentou, sempre a favor da boa causa, intensas e importantes campanhas jornalísticas, onde se destacaram a sua cultura, o seu destemor, a sua bravura e o seu espírito público. Em certas causas, pôs em risco a própria vida, em defesa do que lhe parecia a causa de real interesse de nosso Estado.

Na política, desenvolveu também atividades proveitosas e profícias, ocupando vários cargos de relevo na administração cearense. Exerceu, por muito tempo, o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça, ao tempo do Governo honrado do atual Senador Menezes Pimentel, sendo, neste posto, como nos demais, figura que se destacava pela honradez, pela dignidade e pela correção de atitudes.

Não só ai ficaram os reflexos da inteligência do Doutor Andrade Furtado porque suas letras também se distinguiram, chegando, com justiça, a ocupar uma das cadeiras da Academia Cearense de Letras.

Orador vibrante e eloquente, sempre pôs sua capacidade, seu espírito brilhante, sua combatividade seu amor ao trabalho, ao serviço da boa causa cearense. Daí porque o seu desaparecimento, mesmo na avançada idade de setenta e oito anos, constitui, como disse, uma perda irreparável para o nosso Estado, que tinha, na figura exponencial do Professor Andrade Furtado, uma das projeções mais duradouras da sua vitalidade democrática e cívica.

A mim, pessoalmente, a notícia me comoveu profundamente porque embora a certa distância, mantinha pelo ilustre morto uma espontânea e verdadeira amizade, vindia dos tempos da Faculdade de Direito do Ceará, onde tive a honra de ser seu discípulo. De lá para cá, sempre acompanhei a trajetória luminosa da vida desse honrado cearense e não posso deixar de ajudar o meu sentimento, a minha saudade, a minha homenagem ao preito de justiça que foi prestado, em unanimidade comovadora, por todo o povo cearense.

Neste instante em que regata o dolores de丧mento, quero em meu nome e em nome do eminente Senador Menezes Pimentel, expressar a nossa solidariedade e a nossa homenagem postuma, e rezar que a vida e a obla de Andrade Furtado servam de exemplo à mocidade de hoje, para que a seu exemplo se dedicasse ao serviço nosso do Estado, em bens dos superiores interesses da Pátria.

Sr. Presidente, antes de encerrar estas considerações desejo fazer consignar no meu discurso a nota que, a propósito do falecimento do Professor Andrade Furtado, publicou o "Correio do Ceará", órgão dos "Diários Associados", em 17 de abril corrente:

(Lê)

As mais altas autoridades e o mundo ponte, jurídico e intelectual do Ceará compareceram ao sepultamento do dr. Manoel Antônio de Andrade Furtado, falecido ontem às 18:30 horas, em Fortaleza, aos 78 anos vitimado por molécula que o prendia ao leito há muito tempo. O Professor Andrade Furtado, que deixou viúva a sra. Dilma Bezerra Andrade Furtado e 11 filhos orfãos, inclusive o jornalista Luís Edgar de Andrade, atualmente no Vietnã do Sul cobrindo o conflito no sudeste asiático, era uma das maiores expressões da cultura jurídica do Ceará. Foi, por 10 anos, diretor da Faculdade de Direito, Vice-Reitor da Universidade, diretor do antigo "O Nordeste", Secretário da Justiça e Presidente do Banco Popular de Fortaleza. Por motivo do seu falecimento, a Faculdade de Direito suspendeu as aulas na noite de ontem e no dia de hoje, comparecendo à residência do exíto. (Franklin Távora, 700) de onde saiu o féretro, todo o corpo docente da escola e grande número de estudantes.

QUEM ERA

O professor Andrade Furtado nasceu em Quixeramobim, em 27 de janeiro de 1890, sendo filho de José Mendonça Furtado e Stela de Andrade Furtado. Em 1915 formou-se em Direito e dois anos depois assumiu a cadeira de Economia Política e Ciência das Finanças, lecionando posteriormente Direito Administrativo. Entre 1930 e 1930 foi diretor da Faculdade de Direito e vice-Reitor, aposentando-se. Anteriormente exercera cadeiras nas Faculdades de Filosofia e Agronomia.

POLÍTICO, JORNALISTA E INTELECTUAL

Durante 7 anos, entre 1938 e 1945, o professor Andrade Furtado exerceu as funções de Secretário do Interior, na administração do interventor Menezes Pimentel, tendo assumido, nesse período, por diversas vezes, a interventoria.

Foi o professor Andrade Furtado um dos fundadores do jornal católico "O Nordeste", tendo colaborado durante vários anos com escritos sobre variados temas no referido jornal. Em 1960, recebeu de Paulo VI a Comenda da Santa Sé de São Gregório Magno, como reconhecimento pelos serviços prestados à causa da Igreja e da humanidade. Como intelectual, foi um dos mais destacados membros do Instituto do Ceará, tendo sido eleito também para a Academia Cearense de Letras, onde ocupava a cadeira nº 26.

Homen de múltiplas atividades, fez o professor Andrade Furtado sua incursão no mundo das finanças, chegando a presidir o Banco Popular de Fortaleza, uma das mais tradicionais e sólidas instituições bancárias do Ceará.

PUBLICAÇÕES

Entre as publicações mais importantes de Andrade Furtado são: "Liberdade de Economia e Inovação Pública"; "O Nacionalismo e a Imprensa"; "Solução do Magno Problema do Ceará"; "A Cidade"; "A Extensão do Direito"; "Ensino Jurídico"; "Queridinho e a Sua Vida Religiosa"; "Para que o Mundo Pense"; "Filosofia do Desacato" e "Esbocos dos Peixes", todos trabalhos escritos no decorrer de quatro décadas, entre 1917 e 1957.

FILHOS

O professor Andrade Furtado foi casado duas vezes; do primeiro matrimônio, com a sra. Maria Alexandrina Castelo Branco Furtado, nasceram Maria Abigail, Maria Estela e o padre José Abner. Do segundo casamento, com a sra. Dilma Andrade Furtado, nasceram Luiz Edgar de Andrade, Maria Dilma, Paulo Abel, Maria de Lurdes, Maria Noélia, Mancel Antônio e Magdalena Maria, todos da maior. O jornalista Luiz Edgar informado da morte do pai, cabotava aízen da impossibilidade de seu imenso deslocamento de Saigon, a tempo de assistir aos funerais. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mendes) — Tem a palavra o Sr. Senador Arthur V. Faria. (Fazia)

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, na semana passada, visitei longamente Cambuci, município da zona norte do meu Estado, região de atividade açucareira e pastoril que, no momento, enfrenta graves dificuldades por se tratar de zona rural vive instantes de apreensão e de angústia.

Ali, Sr. Presidente, está-se protestando, com índices alarmantes, o exodo rural. Não se trata das chamadas terras canhadas, numa região que não tenha capacidade para produzir; pelo contrário, apresenta condições excepcionais para o desenvolvimento da agricultura e, também, para a sua diversificação.

Um dos problemas maiores é justamente o de uma usina de açúcar que ali se situa, chamada Vargem Grande, no momento, dirigida pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, porque os seus antigos proprietários, por falta de recursos financeiros, durante a crise de há dois anos, acumularam dívidas. O referido Instituto ficou como um grande credor desse estabelecimento industrial, como também credora ficou a Prefeitura e credores ficaram os próprios trabalhadores com os seus créditos privilegiados, de vez que se tratava de vencimentos atrasados.

No momento em que o Instituto cuida de amparar a produção e particularmente os fornecedores de cana e trabalhadores, interessante é notar que uma expectativa paira no ar, em Cambuci: o receio de que o Instituto do Açúcar e do Álcool venha a se desinteressar pela usina, as safras sob sua orientação se interrompam, a usina venha a ser comprada e haja a transferência de cestas para outra região.

Para mostrar a importância dessa usina, quero declarar que 42% da arrecadação do I. C. M. provém, justamente, desse estabelecimento da agro-indústria açucareira, em Cambuci.

Como não pode deixar de ser, essa região desamparada por vários governos — sendo tão rica ainda não conta com uma estrada asfaltada; cuja ponte, para a qual conseguimos algumas vezes auxílios federais, ficou no

caminho, ponte cuja construção é a facilitar tanto a economia da região norte fluminense, pois se entrela com a Rio-Biá e União, e traz com a sua população isolada e está muito apreensiva.

Tive oportunidade de entrar em contato com a comunidade, com o Prefeito, com a Câmara de Vereadores e com o Fároco local, o Padre Lamar, que se revelou e se mostrou um líder autêntico, na defesa da comunidade.

E a Igreja Moderna preocupando-se com esses assuntos vêlos a uma sociedade. Ele não se clora à função sagrada do seu ministério eclesiástico. Sai às ruas e reúne e adora e pede.

V. Exa. sabe que o Padre é intelectual, hoje, é um agente extraordinário de progresso. Ele não se limita a dizer as missas rotineiras e a fazer as batinações. Vai às praças públicas, à Conservativa, e agora, em Cambuci, neste quadro de miséria que esteve descrevendo, o movimento migratório das populações rurais se processa com intensidade, de maneira desvertida e interesse não só do Estado como também da Igreja, principalmente nesse instante em que a Cidade norteou um de seus estabelecimentos bancários, o Banco Ribeiro Jurema, que fez um protesto com o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e feve de sair da R. Agora, aquela progressista Cidade, ficou reduzida a dois estabelecimentos: o Banco do Brasil e o Banco a que seculo de me referir.

A Conservativa, em razão desses acontecimentos e ameaças, está também, desvirtuando seu trabalho.

Sabem os Srs. Senadores que quando uma cooperativa encerra suas atividades — e dificilmente pode falar, não deve falar — é porque lhe está faltando estímulos, estímulos que as autoridades não lhe concedem, occasionando, dessa forma, a difícil situação que o município de Cambuci enfrenta.

Digo-se de passagem, Sr. Presidente, que essa região, no seu inicio, oferecia progresso, florescimento digno de nota. Hoje, só tem um mécio, quando, há menos de dez anos, possuía cerca de quatro. Os estabelecimentos — que são escassos e não devem ser colocados na terra de escoadura. O problema da farinácia é idêntico.

Sinto-me profundamente contran-

Sabe V. Exa., Sr. Presidente, sou um caixearo-viajante da representação popular. Fico aqui em Brasília normalmente às terças, quartas e quintas-feiras. Digo normalmente porque hoje, excepcionalmente, sendo segunda-feira, aqui me encontro e por ser feriado depois de emanada, dia 19 de maio, queria justamente comparecer à tribuna para dar uma espécie de brado-de-alerta às nossas autoridades federais e — por que, também, não dizer? às estaduais. As duas, insuspeitamente proclamam, estão de braços cruzados, diante de sua comunidade que pode produzir, é que produzir, e não tem tido os estímulos para tal.

Assumi o compromisso, em reunião com o Presidente da Câmara Municipal e com todos os Vereadores municipais, independentemente de coligação partidária, de que chamaria a atenção para esses fatos, pedindo ao Instituto do Açúcar e do Álcool uma solução urgente, que poderia ter o Instituto mesmo se encarregasse, definitivamente, da administração da Usina, ou, então, mobilizar grupos econômicos interessados na sua aquisição. E facultar o devido financiamento; estudar a possibilidade, como foi feito uma vez no Nordeste, em Alagoas, em São Miguel dos Campos, de um tipo de cooperativa já que tudo agindo em sentido favorável a que a empresa não cerre as suas portas.

Esse Padre Lamar Cazolari, cuja figura mitiga é impressionante, porque une o coração à inteligência, está à frente desse movimento.

Sendo ferido e não havendo sessão nos próximos dias, vou regressar ao Noroeste Fluminense e dei as visitas municipais de Miracema e Santo Antônio de Pádua. Para essa ocasião se deslocarão as figuras mais representativas do município, a fim de entregar ne um memorial relatando tudo o que ocorreu nesse quadro de miséria que une a Cambuci de ser tirada do norte do Estado do Rio e, consequentemente, do Brasil. Receberei esse memorial e quero fazer pessoalmente a sua entrega ao Sr. Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva.

Mr. Presidente, para um representante do norte fluminense é profundamente chocante ter que estar relatarem esse quadro de miséria que outros municípios também sentem, mas porque alguns há condições de atrair com confortáveis, uma série de fatores. Em Cambuci, porém, faltam apenas que oelho governamental seja aberto para descobrir o horizonte fulgurante da fecundidade, da riqueza e da tradição de uma gente rica de cultura, que tem o seu clube, e um dos maiores clubes do Estado do Rio, o Clube Atlético Clube da União, que tem esse dia o seu 100º aniversário, que tem o seu presidente impressionante, que tem, Sr. Presidente, relações deslumbrantes, nomear o Rio Paranaíba quando conta a história da Cidade, representando asasões de grandeza e coragem, não se justificando, portanto, que haja tanto sofrimento.

Angelo daqui, antes mesmo de receber o memorial, para que as nossas autoridades deem a Cambuci o indispensável apoio e que o Instituto do Açúcar e do Álcool encare com coragem e com urgência o drama que ali se desenrola.

Mr. Presidente, antes de encerrar estas considerações, costuma dizer agradecer as manifestações de apoio que estou recebendo do Estado do Rio de Janeiro, na apresentação da Ordem da União ao projeto que relaciona vários Municípios como de interesse de segurança racial.

Não me conformo, Sr. Presidente com os argumentos que foram expostos para que o Município Duque de Caxias o terceiro centro arredondado da União tenha sido incluído entre nouéis que terão a sua autonomia cassada, no que tange à eleição do prefeito. Não só do Chefe do Executivo Municipal, como dos Vereadores, dos clubes, de cívis, das diferentes associações agremiativas, comerciais e industriais, tenho recebido provas de que interessa bem o engrangamento de todos aqueles que não desejam ver Caxias incluída na chamada área de segurança nacional.

Porque, segurança racial, Senhor Presidente, já existe ali com o Batalhão de Fuzileiros Navais, aliás, pioneiros; o 6º Batalhão da Polícia Militar, está nas vizinhanças da Vila Militar; o próprio policiamento da PETROBRAS. E note-se que a refinaria, em determinadas áreas, está mais próxima do Estado da Guanabara que propriamente dos centros populosos do município de Duque de Caxias.

Vou lutar, Sr. Presidente. É uma situação difícil para mim, que pertence à ARENA e o Estado do Rio só tem um município que não premia, mas um prêmio que é um v. que é prevente de grego, mas se conseguiu sensibilizar nossas áreas militares e federais em re-direcionar para salvoporto. De qualquer maneira, o empenho até a bancada fluminense sem nenhuma facção de partidos, irá votar unanimemente com a proposta que apresento.

Mr. Presidente, para finalizar, queria pedir a V. Exa., porque tenho em mãos uma reportagem interessante sobre o assunto que me ocupou na primeira parte dessa explanação, sobre Cambuci, voltando o Padre Lamar Cazolari, queria pedir a V. Exa. que manda-se publicá-la para não tomar muito tempo já que a sessão está se encerrando e todos os outros afazeres, inclusive o Serviço de Radiodifusão tem o que fazer bem como os nossos amigos Sérgio Cabral e Fábio Mendes, e como a reportagem é longa vou pedir a Vossa Excelência que mande incorrer ao meu discurso essa reportagem publicada em jornal de Niterói.

Mr. Presidente, no dia de hoje eu já fiz que queira tratar a avaria de Deus quiser, estarei de volta à Tribuna para, como de praxe, defender os interesses do Pádua que tanto é honra de representar neste Casa. Muito obrigado. (Muito bem)

REPORTEAGEM A QUE SE REFERIU O SR. VASCONCELOS TÓPES NO SEU DISCURSO:

PADRE REUNE POPULAÇÃO PARA SALVAR CAMBUCI: EXÓDIO IMPRESSIONANTE

O Padre Lamar Cazolari, vigário da Paróquia de Cambuci, enviou endo-grama a todos os que estão astantes da terra natal, conyocando-os para uma reunião hoje, quando tão baixos dos meios de socorrer o município, "que está às portas da falência".

O vigário e a população, esforçados com o extraordinário exodo que se tem verificado nos últimos meses, quando só em cerca de 15 famílias saíram de Cambuci com destino a outras cidades, por absoluta falta de condições de vida na terra do poeta Oscar Baptista.

SONHO

Como se se recorda, há mais de 20 anos o Governo Federal iniciou a construção de uma ponte sobre o Rio Paranaíba, na localidade denominada Bóia, cuja obra é considerada por quantos já estudaram as condições socio-económicas do município — a salvaguarda de uma vasta região especialmente dos municípios de Itaocara e Cambuci.

Essa ponte, na qual milhões e milhões de cruzeiros já foram gastos, teve construída, apenas, as duas cabeceiras, — de um lado e de outro do grande rio — ficando, ago a, postada como um "elefante branco", construída sómente na imponência do povo que sonha com a sua redenção.

NO LOCAL

Tomando conhecimento dos fatos que tem alarmado a população cambuciense, e reportagem desferiu-se até aquele município e sentiu, "in-

tóco", o estado de espírito de quaisquer habitam aquela recanto acolhedor da região norte do Estado do Rio.

Em cada esquina, em cada botacum, o resumo é um só: o resumo de abandono a que foi relegado criminalmente o município de Cambuci no que tange à obtenção de serviços públicos e à falta total de liderança, de suas bases políticas, outubro respeitadas e acabadas, pelo que se constitui em uma quase unidade parlamentar.

ONTEM e HOJE

No ano de 1929, Cambuci possuía, na sede, nada menos de 6 médicos 4 farmácias. Hoje, em 1968, existe, apenas um médico e uma farmácia, à se tornando uma constância a ausência total do facultativo na cidade, quando interesses particulares o obrigam a viajar para outros locais.

Dois estabelecimentos bancários operam na cidade: o Banco do Estado e o Ribeiro Juncos. Ocorre que tendo o Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais adquirido o controle acionário do Ribeiro Juncos, vai transferir a patente para outra cidade maior em razão de medidas assumidas pelo Banco Central, deixando assim, Cambuci reduzida aos serviços do Banco oficial do Governo Fluminense.

FIM

Por falta de espaço sórei, a Cooperativa Agropecuária — uma das melhores da região — vai fechar as portas. Igualmente, a Companhia Mineira Aérea — única indústria do município, está encerrando seus negócios, deixando no desemprego centenas de famílias de numerosos trabalhadores e toda a plantação canavieira.

Neste caso específico, envolvem os cambucienses com a participação do Instituto do Açúcar e do Álcool, igualmente está agindo o IBOG relativamente à erradicação dos maizais julgados antieconómicos, causando profundos aos cafeicultores, com a sistemática negativa do pagamento das indenizações.

EMCAMPAÇÃO

Igualmente o Ginásio — que é municipal mas arrendado a particular — deveria, o quanto antes, tornar-se Colégio Estadual, levando-se em consideração que o poder aquisitivo da população é realmente um dos mais baixos do Estado do Rio, o que se pode — no caso específico da educação — avaliar pelo grande número de alunos bolsistas estaduais e federais.

BRIGA DE FAMÍLIA

Sem estradas, sem indústria, sem liderança — por que se permite até mesmo, que uma escola do Suburbano seja fechada por simples briga de família — Cambuci está caminhando para ser "varrido do mapa do Es-

tado do Rio", a menos que o padre Lamar Cazolari e a comunidade cambuciense consigam soerguer as condições de vida daquele município.

E não se pode permitir que um povo como o de Cambuci que tem dado ao Estado e à Nação, verdadeiras expressões de cultura e inteligência, que entregue ao abandono, ao criminoso e mesquinho a quem, entretanto, também não pode ser ternamente, firmeza para os pais dos que somente sabem olhar para o alto.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Senhores Senadores acha-se presente o Senador Pedro Carneiro, suplente convocado para substituir o Sr. Senador Cattete Pinheiro durante a licença concedida a esse nobre representante do Estado do Pará.

Nos termos do art. 6º, § 2º, do Regimento Interno, S. Exa. passaria a participar dos trabalhos da casa, dispensado do compromisso regimental, visto já o never prestado ao encontro de sua primeira convocação. (Pará)

O Sr. Senador Pedro Carneiro envia à Mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

E irá a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Em 29 de abril de 1968

Senhor Presidente,

Tendo a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto nos artigos 9º e 10, § 1º do Regimento Interno, que, voltando ao encargo da representação do Estado do Pará, em substituição ao Sr. Senador Cattete Pinheiro, conservar o nome parlamentar adotado ao encontro da minha primeira investidura, abaixo constando, e integrar a comenda da ARENA — Pará.

Agradecidas saudações. — Pedro Carneiro de Moraes e Silva. Nome parlamentar: Pedro Carneiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sr. Senador Pedro Carneiro de Moraes e Silva tomará, como antes, o nome parlamentar de Pedro Carneiro.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando, antes, os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, amanhã, às dez horas, com a seguinte

ORDEN DO DIA TRABALHOS DE COMISSIONES

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 5 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA N° 54, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve, des-

ligar Jorge Antunes, Auxiliar de Portaria, PL-8, das funções de Contínuo do Gabinete do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e designar Mário Mendes da Silva, Ajudante de Porteiro, PL-7, para as mesmas funções.

Secretaria do Senado Federal, em 23 de abril de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 3º Secretário — Pinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Vítorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Kritger (ARENA — RJ)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)
 Petrônio Portela (PI)
 Manoel Vilaça (RN)
 Antônio Carlos (SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)
 Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)
 Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello	José Leite
Domicio Gondim	José Guiomard
Paulo Tôrres	Adolpho Franco
João Cleofas	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	Aloysio de Carvalho

MDB

José Ermírio	José Ermírio
Mário Martins	Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Feliciano	Atílio Fontana
Ney Braga	Leandro Maciel
João Cleofas	Benedicto Valladares
Teotônio Vilela	Adolpho Franco
Milton Trindade	Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio	José Ermírio
Argemiro de Figueiredo	Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Ney Braga	José Leite
Antônio Carlos	Euríco Rezende
Melo Braga	Benedicto Valladares
Arnon de Mello	Carvalho Pinto
Atílio Fontana	Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna	Pessoa de Queiroz
Mário Martins	Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Milton Campos	Alvaro Maia
Antônio Carlos	Lobão da Silveira
Aloysio de Carvalho	Benedicto Valladares
Euríco Rezende	Arnon de Mello
Wilson Gonçalves	Júlio Leite
Petrônio Portela	Menezes Pimentel
Carlos Lindenbergs	Adolfo Franco
Paulo Sarassate	Filinto Müller
Clodomir Milet	Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino	Arthur Virgílio
Bezerra Neto	Argemiro de Figueiredo
Josaphat Mariz	Nogueira da Gama
Edmundo Levi	Aurélio Vianna

Secretária: Maria Melena Bueno Brandão — Ramal 247.
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Feliciano	Benedicto Valladares
Euríco Rezende	Melo Braga
Petrônio Portela	Teotônio Vilela
Atílio Fontana	José Leite
Júlio Leite	Mem de Sá
Clodomir Milet	Filinto Müller
Manoel Vilaça	Fernando Corrêa
Wilson Gonçalves	Adolfo Franco

MDB

João Abrahão	Bezerra Neto
Aurélio Vianna	Oscar Passos
Adalberto Sena	Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcante Melo Júnior — Ramal 248.
 Reuniões: Quinás-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Carvalho Pinto	José Leite
Carlos Lindenbergs	João Cleofas
Júlio Leite	Duarte Filho
Teotônio Vilela	Sigefredo Pacheco
Domicio Gondim	Filinto Müller
Leandro Maciel	Paulo Tôrres
Atílio Fontana	Adolpho Franco
Ney Braga	Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto	José Ermírio
Edmundo Levi	Josaphat Marinho
Sebastião Archer	Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Menezes Pimentel	Benedicto Valladares
Mem de Sá	Antônio Carlos
Álvaro Maia	Sigefredo Pacheco
Duarte Filho	Teotônio Vilela
Aloysio de Carvalho	Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena	Ruy Carneiro
Antônio Balbino	Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E PovoAMENTO

(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Mata

ARENA

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Antônio Carlos Moura Andrade	José Guiomard Eurico Rezende
Paulo Sarasate	Filinto Müller Fernando Corrêa
Milton Trindade	Lobão da Silveira Menezes Pimentel
Alvaro Mata	Petrônio Portela Manoel Villaça
José Feliciano	
João Cleofas	
Paulo Torres	

MDB

Arthur Virgílio	Adalberto Senna
Ruy Carneiro	Antônio Balbino
João Abrahão	José Ermírio

Secretário: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Paulo Sarasate	Lobão da Silveira
João Cleofas	José Guiomard
Mem de Sá	Teotônio Vilela
José Leite	Carlos Lindenberg
Leandro Maciel	Daniel Krieger
Manoel Villaça	Filinto Müller
Clodomir Millet	Celso Ramos
Adolfo Franco	Milton Trindade
Siléfredo Pacheco	Antônio Carlos
Carvalho Pinto	Benedicto Valladares
Fernando Corrêa	Melito Braga
Júlio Leite	Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo	Oscar Passos
Bezerra Neto	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	João Abrahão
Arthur Virgílio	Aurélio Vianna
José Ermírio	Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Atílio Fontana	Júlio Leite
Adolfo Franco	José Cândido
Domicio Gondim	Arnon de Melo
João Cleófias	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	Melito Braga

MDB

Antônio Balbino	Ruy Carneiro
Nogueira da Gama	Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Melito Braga

ARENA

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Petrônio Portela	Celso Ramos
Domicio Gondim	Milton Trindade
Atílio Fontana	José Leite
Melito Braga	Adolfo Franco
Júlio Leite	Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio	João Abrahão
Josaphat Marinho	Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Domicio Gondim	José Feliciano
José Leite	Melito Braga
Celso Ramos	Jose Guimard
Paulo Torres	Benedicto Valladares
Carlos Lindenberg	Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho	Sebastião Archer
José Ermírio	Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SÉCAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Clodomir Millet	Teotônio Vilela
Manoel Villaça	José Leite
Arnon de Melo	Domicio Gondim
Duarte Filho	Paulo Sarazate
Menezes Pimentel	Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro	Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo	Oscar Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Wilson Gonçalves	José Feliciano
Auto Iorres	João Cleófias
Antônio Carlos	Adolfo Franco
Carlos Lindenberg	Petrônio Portela
Mem de Sá	José Leite
Eurico Rezende	Ney Braga
Paulo Sarazate	Milton Campos
Carvalho Pinto	Daniti Krieger

MDB

Jose Ermírio	Antônio Balbino
Aurélio Vianna	Arthur Virgílio
Adriano Martins	Edmundo Levi

Secretário: Afrâncio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
José Feliciano	Filinto Müller
Leandro Maciel	Mem de Sá
Antônio Carlos	Duarte Filho
Lobão da Silveira	Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama	Edmundo Levi
------------------	--------------

Secretário: Beatriz Brandão Góes.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(14 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
 Vice-Presidente: Elessa de Queiroz

ARENA

TITULARES

Benedicto Valladares
 Flávio Müller
 Aloysto de Carvalho
 Antônio Carlos
 Mem da Sa
 Ney Braga
 Milton Campos
 Moura Andrade
 Fernando Corrêa
 Arnon de Melo
 José Cândido

Pessoa de Queiroz
 Mário Martins
 Aurélio Viana
 Oscar Passos

Secretário: J. B. Castejon Branco.
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissões de Relações Exteriores.

SUPLENTES

Wilson Gomes
 José Guimard
 Carlos Lindenber
 Adolfo Franco
 Peirão Portela
 José Leite
 Teotonio Villela
 Mello Braga
 José Feliciano
 Clodomir Millet
 Menezes Pimentel

MDB

Bezerra Neto
 João Abrahão
 Joséphat Marinho
 Antônio Balbino

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
 Vice-Presidente: Manoel Villaça

ARENA

TITULARES

Sigefredo Pacheco
 Duarte Filho
 Fernando Corrêa
 Manoel Villaça
 Clodomir Millet

Adalberto Senna
 Sebastião Archer

Secretário: Marcus Vinícius Gouart Gonzaga — Ramal 241.
 Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

SUPLENTES

Júlio Leite
 Milton Trindade
 Ney Braga
 José Cândido
 Lobão da Silveira

MDB

Nogueira da Gama
 Ruy Carneiro

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres
 Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES

Paulo Torres
 José Guimard
 Lobão da Silveira
 Ney Braga
 José Cândido

Oscar Passos
 Mário Martins

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

SUPLENTES

Flávio Müller
 Atílio Fontana
 Domicio Gondim
 Manoel Villaça
 Mello Braga

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Sebastião Archer

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
 Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA

Eurico Rezende
 Carlos Lindenber
 Arnon de Melo
 Paulo Torres
 José Guimard

Ruy Carneiro
 João Abrahão

MDB

Adalberto Senna
 Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
 Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

José Leite
 Celso Ramos
 Arnon de Melo
 Domicio Gondim
 João Cleofas

Sebastião Archer
 Pessoa de Queiroz

MDB

Mário Martin
 Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
 Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

José Guimard
 Fernando Corrêa
 Clodomir Millet
 Alvaro Mafá
 Milton Trindade

Edmundo Levi
 Oscar Passos

MDB

Adalberto Senna
 Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.